

**GREGÓRIO ASSAGRA DE ALMEIDA
RAFAEL DE OLIVEIRA COSTA**

EDIÇÃO ATUALIZADA, REVISTA E AMPLIADA, ESPECIALMENTE EM RE-
LAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES PRODUZIDAS NO SISTEMA DO DIREITO PENAL
E DO DIREITO PROCESSUAL PENAL PELA LEI Nº 13.964/2019 (PACOTE
ANTICRIME) E AOS JULGADOS RECENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

2ª EDIÇÃO

**DIREITO
PROCESSUAL
PENAL COLETIVO**

A TUTELA PENAL DOS BENS JURÍDICOS COLETIVOS

**DIREITOS OU
INTERESSES
DIFUSOS,
COLETIVOS E
INDIVIDUAIS
HOMOGÊNEOS**





Belo Horizonte | **São Paulo**
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
Tel.: 31 32612801 | Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2019, D'Plácido Editora
Copyright © 2019, Gregório Assagra de Almeida
Copyright © 2019, Rafael de Oliveira Costa

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe | Plácido Araes

Editor | Tales Leon de Marco

Produtora Editorial | Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico | Letícia Robini
(Imagem por Rob Curran, via Unsplash)

Diagramação | Nathalia Torres

1194177

Catálogo na Publicação (CIP)

A447 Almeida, Gregório Assagra de
Direito processual penal coletivo : a tutela penal dos bens jurídicos coletivos : direitos ou interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos / Gregório Assagra de Almeida, Rafael de Oliveira Costa. - 2. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2021.
444 p.

ISBN 978-65-5589-229-1

1. Direito. 2. Direito Processual Penal. I. Costa, Rafael de Oliveira. II. Título.

CDD: 341.43

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

<i>Prefácio</i>	21
<i>Apresentação</i>	23
<i>Introdução</i>	29
1. Novo Constitucionalismo, supremacia dos direitos e deveres fundamentais e Estado Democrático de Direito como força organizativa da sociedade: um novo olhar para os bens jurídicos penais e para a tutela penal coletiva	41
1.1. Superação do jusnaturalismo e do positivismo jurídico: o surgimento do novo constitucionalismo.....	41
1.1.1. A necessidade de uma terceira via para além do jusnaturalismo e do positivismo jurídico.....	41
1.1.2. O surgimento e a configuração do Novo Constitucionalismo.....	46
1.2. A supremacia dos direitos e das garantias constitucionais fundamentais como valores fundantes da Constituição e do Estado Democrático de Direito e como núcleos essenciais do Sistema Jurídico.....	61
1.2.1. Compreendendo a origem e o sentido da expressão “Direitos Fundamentais”.....	62

1.2.2. O sentido e o conceito de direitos fundamentais: direitos subjetivos fundamentais e não fundamentais e a sua problemática.....	64
1.2.3. Modelos constitucionais sobre normas fundamentais.....	70
1.2.4. Modelos teóricos argumentativos a respeito da Constituição e do sistema de direitos fundamentais.....	71
1.2.5. Classificações dos direitos e das garantias fundamentais.....	74
1.2.6. Características dos direitos fundamentais.....	80
1.2.7. Modelos de construção dos direitos fundamentais.....	84
1.2.8. Os direitos e as garantias fundamentais como valores fundantes da Constituição e do Estado Democrático de Direito e o papel singular do Ministério Público.....	86
1.3. Estado Democrático de Direito como força organizativa da sociedade.....	89
1.4. A Dogmática Penal e a revisitação do conceito de bem jurídico à luz dos direitos constitucionais fundamentais.....	97
1.5. O conceito de bem jurídico-penal e a crise da dogmática processual penal clássica.....	103
1.6. Enquadramento constitucional do Direito Coletivo e dos bens (direitos ou interesses) jurídico-penais coletivos como direitos fundamentais: um novo olhar para a tutela penal.....	107
1.6.1. O enquadramento constitucional do Direito Coletivo amplamente considerado.....	107
1.6.2. Natureza jurídica e dimensões do Direito Coletivo como direito fundamental.....	112
1.6.3. Método do Direito Coletivo.....	113
1.6.4. Objeto formal e objeto material do Direito Coletivo.....	114
1.6.5. Conceito de Direito Coletivo.....	115
1.6.6. Os bens jurídico-penais coletivos como espécies de direitos ou interesses coletivos.....	115
1.7. A nova <i>summa divisio</i> constitucionalizada no Brasil e os seus impactos no plano da tutela penal.....	116
1.7.1. Diretrizes para o enquadramento das disciplinas jurídicas.....	116
1.7.2. O Direito Constitucional como ponto de união entre o Direito Coletivo e o Direito Individual e a inexistência de critério jurídico abstrato instituidor de preferência.....	119

2. Sistema de Direito Penal Coletivo: alguns aspectos das experiências estrangeira e brasileira	121
2.1. A necessidade de uma nova concepção sobre a tutela penal material e processual à luz dos direitos ou interesses coletivos.....	121
2.2. Da tutela penal dos direitos ou interesses coletivos em sentido amplo (bens jurídico-penais difusos, coletivos e individuais homogêneos).....	127
2.3. Direito Penal e Processual Penal Coletivo na experiência estrangeira.....	134
2.3.1. Considerações iniciais.....	134
2.3.2. Breve abordagem da tutela penal dos interesses ou direitos coletivos no Common Law: o caso dos EUA.....	135
2.3.3. Breve abordagem da tutela penal dos interesses ou direitos coletivos no Civil Law: o caso da Europa.....	139
2.4. Visão geral das infrações penais contra bens jurídicos coletivos no Sistema brasileiro.....	141
2.5. Desafios na tutela penal dos direitos ou interesses coletivos amplamente considerados no Brasil.....	144
3. Lições Propedêuticas de Direito Processual Penal Coletivo: fundamentação constitucional, natureza jurídica, método e conceituação	153
3.1. Da necessidade de sistematização do Direito Processual Penal Coletivo.....	153
3.2. Fundamentação constitucional do Direito Processual Penal Coletivo.....	154
3.3. Posição entre as disciplinas jurídicas do Direito Processual Penal Coletivo.....	157
3.4. Método de estudo e de concretização do Direito Processual Penal Coletivo.....	157
3.5. Conceituação do Direito Processual Penal Coletivo.....	160
4. Normas Fundamentais do Direito Processual Penal Coletivo: princípios, garantias e regras	163

4.1. A importância dos princípios e das garantias para o Sistema Brasileiro de Tutela Coletiva (Material e Processual)	163
4.1.1. Reflexões introdutórias	163
4.1.2. Sentido vulgar da expressão princípio	164
4.1.3. Princípio no campo do Direito (fase jusnaturalista; fase do positivismo jurídico; fase do pós-positivismo jurídico)	165
4.1.4. As diversas cargas e funções de juridicidade dos princípios	169
4.1.5. Princípios e regras jurídicas	173
4.1.6. Princípios, garantias e regras (classificação tricotômica funcional sobre as normas de direitos fundamentais)	178
4.2. Princípios gerais do Direito Processual Penal	181
4.3. Princípios processuais do Direito Processual Penal Coletivo	185

5. Ensaio para a teoria e a prática do Direito

Processual Penal Coletivo	199
5.1. Fundamentação introdutória à Teoria do Direito Processual Penal Coletivo	199
5.2. Diretrizes gerais para as investigações nas infrações penais que afetem bens difusos, coletivos ou individuais homogêneos	205
5.2.1. Introdução	205
5.2.2. Do procedimento investigatório criminal coletivo	206
5.2.3. Das medidas passíveis de serem tomadas pelo membro do Ministério Público na investigação de delitos que afetem bens jurídico-penais difusos, coletivos e individuais homogêneos	213
5.2.4. Da colheita de informações e depoimentos	215
5.2.5. Da produção de provas pelo investigado e do interrogatório	216
5.2.6. Cadeia de Custódia e Direito Processual Penal Coletivo	218
5.2.7. Das medidas cautelares na fase investigatória do Direito Processual Penal Coletivo	223
5.3. Do acordo coletivo de não persecução penal e da ação penal coletiva	226
5.3.1. Acordo de Não Persecução Penal Coletivo	226

5.3.2. Diretrizes para a realização e a homologação de acordos e outras medidas cabíveis para garantir a eficiência do Sistema do Direito Processual Coletivo.....	235
5.3.3. Ação penal coletiva.....	239
5.3.3.1. Fundamentação constitucional e infraconstitucional da ação penal coletiva.....	239
5.3.3.2. Do oferecimento da denúncia e da persecução no Direito Processual Penal Coletivo.....	242
5.3.3.2.1. Do oferecimento da denúncia.....	242
5.3.3.2.2. Do acordo penal coletivo.....	243
5.3.3.3. Da legitimidade na ação penal coletiva.....	246
5.3.3.4. Princípios orientadores da ação penal coletiva.....	248
5.4. Jurisdição Penal Coletiva.....	253
5.4.1. Conceito, competência e relação entre as demandas coletivas.....	253
5.4.2. Dos poderes do juiz no Direito Processual Penal Coletivo.....	256
5.5. Do Processo Penal Coletivo.....	258
5.5.1. Aspectos introdutórios e conceituais do Processo Penal Coletivo.....	258
5.5.2. Da interpretação das normas do Processo Penal Coletivo e do suprimento de lacunas.....	259
5.5.3. Meios de prova no Processo Penal Coletivo.....	260
5.5.4. Provas “por estatística” e “por amostragem”.....	264
5.5.5. A Colaboração Premiada Coletiva.....	266
5.5.5.1. Introdução.....	266
5.5.5.2. Princípio da prioridade da resolução negociada em processos coletivos.....	266
5.5.5.3. Colaboração premiada coletiva: natureza jurídica e conceito.....	269
5.5.5.4. Do procedimento para celebração de acordos de delação premiada coletiva.....	274
5.5.5.4.1. Aspectos procedimentais gerais.....	275
5.5.5.4.2. Do Procedimento de Celebração do Acordo de Delação Premiada Coletiva.....	275

5.5.5.4.3. Parâmetros a serem considerados pelo Membro do Ministério Público para análise da concessão de benefícios	278
5.5.5.4.4. Indispensabilidade da presença de advogado	
5.5.5.4.5. Direitos do colaborador	279
5.5.5.4.6. Conflito de Atribuições na Celebração de Acordos de Delação Premiada Coletiva	280
5.5.5.4.7. Conteúdo mínimo do Acordo de Delação Premiada Coletiva	280
5.5.5.4.8. Parâmetros para a fixação da pena corporal do colaborador	282
5.5.5.4.9. Sanções diversas da pena corporal	283
5.5.5.4.10. Efeitos penais que devem necessariamente ser previstos no acordo	285
5.5.5.4.11. Efeitos extrapenais passíveis de serem previstos no acordo	285
5.5.5.4.12. Efeitos passíveis de serem regulamentados pelo acordo em crimes perpetrados em benefício ou interesse de pessoa jurídica	286
5.5.5.4.13. Negócio jurídico processual sobre eventual recurso a ser interposto contra a sentença	286
5.5.5.4.14. Cláusula de preservação do acordo	286
5.5.5.4.15. Compartilhamento de provas	286
5.5.5.4.16. Arquivamento do Acordo	287
5.5.5.4.17. Celebração de acordo após o oferecimento de denúncia	287
5.5.5.4.18. Celebração de acordo nas hipóteses em que um dos acusados for detentor de foro por prerrogativa de função	287
5.5.5.4.19. Colaborador preso	287

5.5.5.4.20. Requisitos a serem analisados pelo juiz para a homologação do acordo de colaboração premiada coletiva.....	288
5.5.5.4.21. Vedação à imposição de medidas com fundamento apenas nas declarações do colaborador.....	288
5.5.6. Direito Intertemporal no Processo Penal Coletivo.....	289
5.5.7. O Ministério Público no Direito Processual Penal Coletivo.....	290
5.5.7.1. O Ministério Público como garantia constitucional fundamental da sociedade e do cidadão.....	290
5.5.7.2. Da atuação do Ministério Público em causas ou litígios de alta complexidade e de repercussão social.....	295
5.5.7.3. Direito Processual Penal Coletivo, políticas de segurança pública e Ministério Público.....	299
5.5.8. Da tutela ressarcitória no Direito Processual Penal Coletivo.....	304
5.5.9. Do cabimento da tutela inibitória e da tutela de remoção do ilícito no Direito Processual Penal Coletivo.....	308
5.5.10. Do acordo de não persecução cível e o Direito Processual Penal Coletivo.....	310
5.6. Da Defesa no Processo Penal Coletivo.....	315
5.7. Da Coisa Julgada Penal Coletiva.....	316
5.8. Do Habeas Corpus Coletivo.....	321
5.9. Recursos cabíveis no Direito Processual Penal Coletivo.....	331
5.10. Revisão Criminal, Reclamação Constitucional e Teoria dos Precedentes Judiciais.....	332
5.11. Da liquidação e execução das condenações nos processos penais coletivos.....	332
5.12. Destinação das coisas apreendidas e Pacote Anticrime.....	335
5.12.1. Destinação das coisas apreendidas não restituídas.....	335
5.12.2. Destinação de obras de arte ou de outros bens de relevante valor cultural ou artístico.....	337

5.12.3. Utilização de bem sequestrado, apreendido ou sujeito a qualquer medida assecuratória	337
5.13. Limites para a execução das penas.....	338
5.14. Prisão cautelar e prisão pena.....	339
5.15. Novos requisitos para a concessão do livramento condicional.....	340
5.16. Do cabimento de outras medidas judiciais e extrajudiciais para a tutela jurídica adequada no sistema do Direito Processual Penal Coletivo (artigo 5º, §2º, da CR/1988).....	343
6. Do Programa de Integridade do Sistema de Direito Processual Penal Coletivo.....	345
6.1. <i>Compliance</i> no Direito Processual Penal Coletivo.....	345
6.2. Programa de Integridade Institucional no Sistema do Direito Processual Penal Coletivo.....	346
Conclusões.....	349
Referências.....	357
Anexo I: Anteprojeto de Código Brasileiro de Direito Processual Penal Coletivo.....	391